

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

LONDRINA-PR

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2019**



ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)

ATIVO

	Nota	2019	(Reclassificado) 2018
ATIVO CIRCULANTE		<u>34.383.528,06</u>	<u>28.641.630,60</u>
Disponível	4	1.863.398,94	3.733.504,31
Realizável		<u>32.520.129,12</u>	<u>24.908.126,29</u>
Aplicações Financeiras	5	<u>13.926.619,07</u>	<u>8.369.283,54</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		8.787.934,14	6.029.748,53
Aplicações Livres		5.138.684,93	2.339.535,01
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	<u>3.650.232,30</u>	<u>3.795.817,21</u>
Contraprestação Pecuniária a Receber		2.265.149,35	2.281.629,28
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		1.385.082,95	1.514.187,93
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	7	7.419.289,25	7.206.369,04
Bens e Títulos a Receber	8	6.587.507,95	5.502.933,58
Despesas Antecipadas		936.480,55	33.722,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>49.119.443,23</u>	<u>51.666.695,07</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>6.777.089,75</u>	<u>6.231.324,70</u>
Bens e Títulos a Receber	8	454.606,46	
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	6.322.483,29	6.231.324,70
Investimentos		<u>4.183.727,26</u>	<u>7.951.707,60</u>
Participações Societárias pelo Método de Custo		1.516.008,87	5.590.691,24
Outros Investimentos	10	2.667.718,39	2.361.016,36
Imobilizado	11	<u>37.402.458,96</u>	<u>36.512.225,44</u>
Imóveis de Uso Próprio		<u>26.962.083,75</u>	<u>26.550.278,21</u>
Imóveis - Hospitalares		23.104.626,95	22.586.604,53
Imóveis - Não Hospitalares		3.857.456,80	3.963.673,68
Imobilizado de Uso Próprio		<u>9.311.615,05</u>	<u>9.322.854,66</u>
Hospitalares		9.257.629,47	9.306.848,10
Não Hospitalares		53.985,58	16.006,56
Imobilizações em Curso		1.128.760,16	639.092,57
Intangível	11	<u>756.167,26</u>	<u>971.437,33</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>83.502.971,29</u>	<u>80.308.325,67</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)

PASSIVO

	Nota	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		<u>42.029.784,84</u>	<u>43.402.243,73</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	<u>14.817.491,80</u>	<u>14.480.036,44</u>
Provisões de Contraprestações		<u>5.143.806,90</u>	<u>4.765.156,69</u>
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG		5.090.431,42	4.702.744,08
Provisão para Remissão		53.375,48	62.412,61
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		3.200.576,98	3.325.213,37
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prestadores Serviços Assistenciais		2.113.354,17	2.060.312,24
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.359.753,75	4.329.354,14
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		<u>1.109.322,56</u>	<u>329.231,43</u>
Contraprestações / Prêmios a Restituir		14.403,54	17.666,02
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		1.094.219,21	308.964,67
Comercialização sobre Operações		699,81	2.600,74
Débitos c/ Oper. de Assist. à Saúde n/ Relac. c/ Planos da Operadora	13	4.782.483,23	5.276.584,74
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	2.824.926,33	3.509.943,73
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	1.926.235,61	5.556.419,26
Débitos Diversos	16	16.569.325,31	14.250.028,13
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>25.409.361,54</u>	<u>31.086.189,64</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	<u>1.137.689,13</u>	<u>1.355.335,50</u>
Provisão para Remissão		1.134.600,96	1.332.892,14
Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		3.088,17	22.443,36
Provisões	17	<u>5.850.345,12</u>	<u>6.336.990,90</u>
Provisões para Ações Judiciais		5.850.345,12	6.336.990,90
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	<u>8.365.060,53</u>	<u>14.476.373,49</u>
Tributos e Contribuições		8.365.060,53	14.476.373,49
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	9.061.309,47	8.158.779,38
Débitos Diversos	16	994.957,29	758.710,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	<u>16.063.824,91</u>	<u>5.819.892,30</u>
Patrimônio Social		5,32	5,32
Reservas		<u>25.022.969,79</u>	<u>25.857.505,09</u>
Reservas Patrimoniais		16.496.023,61	16.496.023,61
Reservas de Reavaliação		8.526.946,18	9.361.481,48
Déficit Acumulados		(8.959.150,20)	(20.037.618,11)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>83.502.971,29</u>	<u>80.308.325,67</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)

	Nota	2019	2018
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		<u>122.412.201,41</u>	<u>111.488.678,12</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		<u>122.204.873,10</u>	<u>112.492.551,08</u>
Contraprestações Líquidas		122.204.873,10	112.492.551,08
Variação das Prov. Téc. Oper. de Assistência à Saúde		207.328,31	(1.003.872,96)
Eventos Indenizáveis Líquidos		<u>(98.779.023,97)</u>	<u>(83.329.927,95)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados		(98.748.624,36)	(83.418.571,79)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(30.399,61)	88.643,84
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		<u>23.633.177,44</u>	<u>28.158.750,17</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		4.523,15	4.713,40
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	19	<u>98.148.477,43</u>	<u>77.383.970,45</u>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		57.059.217,83	44.241.183,86
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		20.279.857,64	18.062.949,71
Outras Receitas de Prestação de Serviços de Administradora de Benefícios		146.721,59	244.288,48
Outras Receitas Operacionais		20.662.680,37	14.835.548,40
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		<u>(2.440.825,13)</u>	<u>(4.075.349,09)</u>
Outras Despesas de Oper. de Planos de Assist.à Saúde		-	(7.610,50)
Provisão para Perdas sobre Créditos		(2.440.825,13)	(4.067.738,59)
Outras Despesas Oper.Assist. Saúde Não Relac.c/Planos Saúde da Operadora	19	(98.916.473,15)	(82.824.651,20)
RESULTADO BRUTO		<u>20.428.879,74</u>	<u>18.647.433,73</u>
Despesas de Comercialização		(907.499,38)	(1.553.865,95)
Despesas Administrativas		(9.376.167,13)	(7.102.135,43)
Resultado Financeiro Líquido		<u>(2.095.372,34)</u>	<u>(4.997.216,72)</u>
Receitas Financeiras		2.433.253,70	2.735.013,26
Despesas Financeiras		(4.528.626,04)	(7.732.229,98)
Resultado Patrimonial		<u>2.194.091,72</u>	<u>2.610.178,51</u>
Receitas Patrimoniais		2.194.091,72	2.610.178,51
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>10.243.932,61</u>	<u>7.604.394,14</u>
SUPERÁVIT DO PERÍODO		<u>10.243.932,61</u>	<u>7.604.394,14</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)

	2019	2018
Superávit do Período	10.243.932,61	7.604.394,14
Outros Resultados Abrangentes	834.535,30	(5.719.884,99)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>11.078.467,91</u>	<u>1.884.509,15</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
Londrina - PR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Reservas			Déficit Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva Patrimoniais	Reserva de Reavaliação	Total das reservas		
Saldos em 31/12/2017	5,32	16.496.023,61	3.641.596,49	20.137.620,10	(21.922.127,26)	(1.784.501,84)
Superávit do Período			5.719.884,99	5.719.884,99	7.604.394,14 (5.719.884,99)	7.604.394,14
Reversão de Realização						
Saldos em 31/12/2018	5,32	16.496.023,61	9.361.481,48	25.857.505,09	(20.037.618,11)	5.819.892,30
Superávit do Período					10.243.932,61	10.243.932,61
Realização da Reserva			(834.535,30)	(834.535,30)	834.535,30	
Saldos em 31/12/2019	5,32	16.496.023,61	8.526.946,18	25.022.969,79	(8.959.150,20)	16.063.824,91

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Reais)

	2019	(Reclassificado) 2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	134.002.679,15	110.529.609,63
Resgate de (Aporte em) Aplicações Financeiras	(4.265.013,76)	2.984.589,94
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.216.364,58	2.002.833,40
Outros Recebimentos Operacionais	91.131.367,51	89.925.777,96
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(128.958.559,67)	(73.817.045,91)
Pagamento de Comissões	(863.706,82)	(1.064.465,69)
Pagamento de Pessoal	(50.295.225,35)	(35.971.082,33)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(24.756.604,34)	(59.422.846,47)
Pagamento de Tributos	(10.850.065,79)	(16.692.912,94)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(554.191,25)	(567.581,60)
Pagamento de Aluguel	(659.535,74)	(122.109,34)
Outros Pagamentos Operacionais	(4.352.962,97)	(3.711.669,91)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	794.545,55	14.073.096,74
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de Investimentos	5.590.691,24	30.000,00
Receitas Patrimoniais	2.194.091,72	2.610.178,51
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	568.527,41	927.661,46
Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(4.019.958,06)	(5.391.016,71)
Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(32.808,02)	
Aquisição de Ativo Intangível	(11.410,20)	(1.053.397,83)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(2.391.238,31)	(58.016,36)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	1.897.895,78	(2.934.590,93)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações de Empréstimos e Financiamentos	18.041.961,53	63.564.558,64
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(21.878.232,55)	(68.155.320,19)
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(726.275,68)	(3.347.806,47)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(4.562.546,70)	(7.938.568,02)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) no Período	(1.870.105,37)	3.199.937,79
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.733.504,31	533.566,52
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.863.398,94	3.733.504,31
Ativos Livres no Início do Período	6.073.039,32	7.790.358,54
Ativos Livres no Final do Período	7.002.083,87	6.073.039,32
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	929.044,55	(1.717.319,22)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores em Reais)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA - AEBEL é uma associação civil, SEM FINS LUCRATIVOS, sendo obrigada a aplicar seus resultados nas finalidades estatutárias: obras assistenciais, beneficentes, educacionais e de saúde, prestação de serviços de natureza médico-hospitalar e desenvolvimento do ensino e pesquisas científicas destinadas a atingir os objetivos propostos.

O atendimento de sua missão estatutária é efetuado através do HOSPITAL EVANGÉLICO DE LONDRINA, HOSPITALAR PLANO DE SAÚDE, CEMITÉRIO PARQUE DAS OLIVEIRAS, HOSPITAL EVANGELICO DE LONDRINA UNIDADE DE APOIO FARIA LIMA e SAUDE EM CASA SERVIÇOS DE HOME CARE.

A AEBEL atua na comercialização de planos de saúde, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de preço preestabelecido, com registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, com fins filantrópicos sob número 32675-5, e prestação de serviços de natureza médico-hospitalar e desenvolvimento do ensino e pesquisas científicas destinadas a atingir os objetivos propostos.

2) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com as disposições contidas no Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos, bem como a regulamentação específica da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, especialmente através da Resolução Normativa 435/18 e de acordo com a lei 11.638/07.

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, tendo sido autorizado sua elaboração e emissão pela Administração da Associação em 06/02/2020.

3) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A AEBEL aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Regime de Escrituração

A AEBEL adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, considerando também que as mensalidades dos planos foram reconhecidas na forma de pró-rata-dia.

b) Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

- **Nota Explicativa nº 11** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.
- **Nota Explicativa nº 12** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.
- **Nota Explicativa nº 17** - Provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas-chave para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

c) Reconhecimento de Receitas

As Contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as

disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, em conformidade com o que estabelece a RN 435/18 da ANS.

d) Critério de Contabilização/Rateio Rede Própria

Desde janeiro de 2018 a instituição, de acordo com o capítulo IV do Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde Suplementar, contabiliza todos os gastos com beneficiários da rede própria no grupo das despesas 7111 e 7119, reclassificando posteriormente para os grupos 411, 441, 442 e 46, pois de acordo com o regramento contábil a operadora deverá precificar todos os atendimentos médicos nas redes assistenciais próprias. Essa precificação não será registrada contabilmente, sendo registradas por meio de controles gerenciais.

Em relação aos seus beneficiários, a operadora registra como despesas com eventos, no grupo 4111 os custos incorridos para seu atendimento, que será apurado pela proporcionalidade das despesas em relação ao faturamento próprio dos atendimentos relacionados aos seus beneficiários, que a operadora terá precificado em controles gerenciais. Portanto, o faturamento próprio relacionado a atendimentos a beneficiários não será passível de reconhecimento.

e) Reconhecimento de Eventos Indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e rede própria na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores que não são cobrados ou avisados na totalidade à Entidade, ao final de cada mês os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

f) Estoques

Os estoques referem-se a materiais e medicamentos para atendimento exclusivo de seus pacientes. Estes estoques são reconhecidos pelo custo (médio) de aquisição, inferior aos valores de reposição e de mercado.

g) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares contabilizadas na forma de pró-rata-dia nos termos da RN 435/18 da ANS e conta de resultado “receitas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Operadora” no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares.

h) Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC

Com base nas normas da ANS e em conformidade com a RN 435/18, foram calculadas provisões para perdas sobre créditos de planos familiares, considerando a totalidade do crédito por contrato nos casos de uma parcela vencida a mais de 60 dias de planos familiares e mais de 90 dias nos demais planos e sobre outros créditos não relacionados com planos.

i) Despesas Antecipadas

As despesas e dispêndios antecipados foram registrados no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

j) Despesas de Comercialização Diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais amortizadas ao resultado em até 12 meses. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

k) Investimentos – Participações Societárias pelo Método do custo

Os investimentos são compostos por cotas de participação em cooperativas de crédito, em função de contas garantidas, onde há um limite para uso financeiro garantido pela aquisição dessas cotas. Sua movimentação acontece pela liquidação e aquisição de acordo com a necessidade financeira no decorrer da movimentação, utilizando-se o método do custo.

l) Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor depreciável dos bens, apurado com base em estimativa de vida útil e limitado ao valor residual recuperável de conformidade com a RN 435/18.

m) Isenções Usufruídas - Imposto de Renda e Contribuição Social

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza de benefícios fiscais, cujas isenções obtidas estão contabilizadas consoantes disposições emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social, conjugadas com Ordens de Serviço do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Normas Brasileiras de Contabilidade, como seguem:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cota INSS + Terceiros	12.034.246,71	11.177.131,25
PIS Folha de Pagamento	1.433.142,08	1.358.866,66
COFINS	5.392.503,70	3.993.354,09
Imposto de Renda/Contribuição Social	3.458.963,47	2.561.494,01
	<u>22.318.855,96</u>	<u>19.090.846,01</u>

n) Direitos e Obrigações

Os direitos e obrigações são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos auferidos ou incorridos.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

- **Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas** - São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores da mesma

complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

- **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde** - A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

A provisão de eventos a liquidar para o Sistema Único de Saúde (SUS) é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

A Provisão para Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada pro rata dia, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

p) **Valor Recuperável dos Ativos**

Em consonância com a NBC TG 01, aprovada pela Resolução 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, a Associação realizou avaliação sobre a existência de indícios (internos ou externos) que pudessem sugerir a necessidade de ajustes ao valor recuperável dos ativos. Como resultado de tal avaliação não foram identificados tais indícios, sendo dispensada a aplicação do Teste de Recuperabilidade, nos termos da legislação vigente.

q) **Receitas Financeiras e Despesas Financeiras**

As receitas financeiras compreendem receitas de rendimentos de aplicações, atualizações financeiras efetivamente recebidas sobre títulos liquidados em atrasos pelos clientes e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, principalmente, despesas bancárias e descontos concedidos a cliente em negociações eventuais para recebimentos de títulos em atraso.

r) **Informações por segmento**

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a Entidade está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Operadora acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

s) **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método direto, considerando o modelo preconizado por legislação emanada da ANS. A conciliação entre o método indireto está demonstrada na Nota Explicativa 25.

4. **DISPONÍVEL**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	12.085,24	27.782,06
Bancos Conta Movimento	<u>1.851.313,70</u>	<u>3.705.722,25</u>
	<u>1.863.398,94</u>	<u>3.733.504,31</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2019	2018
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	8.787.934,14	6.029.748,53
- Títulos de Renda Fixa - Privado	8.787.934,14	6.029.748,53
Aplicações Livres	5.138.684,93	2.339.535,01
- Títulos de Renda Fixa - Privado	122.671,58	2.694,87
- Outras Aplicações	5.016.013,35	2.336.840,14
	13.926.619,07	8.369.283,54

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2019	2018
Contraprestações Pecuniárias a Receber (a)	4.500.326,36	9.413.031,58
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC (b)	(2.235.177,01)	(7.131.402,30)
	2.265.149,35	2.281.629,28
Participação de Beneficiários em Eventos (a)	1.841.662,83	2.557.604,30
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC (b)	(456.579,88)	(1.043.416,37)
	1.385.082,95	1.514.187,93
	3.650.232,30	3.795.817,21

- a) O saldo da conta “Contraprestação Pecuniária a Receber” refere-se a valores a receber de créditos com planos de saúde da Associação, e “Participação de Beneficiários em Eventos” refere-se as utilizações dos beneficiários (Coparticipações). No decorrer de 2019, após análise feita pelos setores financeiro e jurídico da Entidade, fora realizada baixa contábil de títulos considerados como incobráveis ou de difícil recuperação, com reflexos também nos saldos de PPSC.
- b) O saldo da conta “Provisão para Perdas sobre Créditos - PPSC” refere-se aos valores calculados de acordo com a RN 435/18 da ANS. Considerando a totalidade do crédito por contrato no caso de existir títulos vencidos a mais de 60 dias de planos familiares e mais de 90 dias nos demais planos e sobre outros créditos não relacionados com planos.

Contraprestações Pecuniárias a receber

	Planos Familiares -			Participação dos	
	Pré Estabelecido	Planos Coletivos - Pré Estabelecido	Total	Beneficiários em Eventos	Total
A Vencer	122.148,33	74.036,60	196.184,93	1.046.805,24	1.242.990,17
Vencidos até 30 dias	1.408.839,43	134.847,28	1.543.686,71	285.466,99	1.829.153,70
Vencidos de 31 a 60 dias	756.442,91	48.183,68	804.626,59	149.071,65	953.698,24
Vencidos de 61 a 90 dias	323.436,11	23.952,36	347.388,47	59.682,66	407.071,13
Vencidos acima de 91 dias	1.517.101,22	91.338,44	1.608.439,66	300.636,29	1.909.075,95
	4.127.968,00	372.358,36	4.500.326,36	1.841.662,83	6.341.989,19
(-) Prov. p/ Perdas s/ Créditos - PPSC	(2.127.396,72)	(107.780,29)	(2.235.177,01)	(456.579,88)	(2.691.756,89)
	2.000.571,28	264.578,07	2.265.149,35	1.385.082,95	3.650.232,30

7. CRÉDITO DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Referem-se a valores de outros créditos a receber que não se relacionam com o plano de saúde da Associação:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Créditos Oper.Assist.Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	9.928.334,72	9.983.318,68
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC	(2.509.045,47)	(2.776.949,64)
	<u>7.419.289,25</u>	<u>7.206.369,04</u>
A Vencer	7.662.201,57	
Vencidos até 30 dias	112.917,22	
Vencidos de 31 a 60 dias	14.531,11	
Vencidos de 61 a 90 dias	446.924,29	
Vencidos acima de 91 dias	1.691.760,53	
	<u>9.928.334,72</u>	
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC	(2.509.045,47)	
	<u>7.419.289,25</u>	

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Estoques	4.165.573,42	3.693.887,04
Cheques a Receber	167.850,08	409.845,62
Adiantamentos a Receber	1.141.080,79	781.667,19
Outros Créditos a Receber	2.074.303,30	1.163.330,33
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos	(506.693,18)	(545.796,60)
	<u>7.042.114,41</u>	<u>5.502.933,58</u>
- Circulante	6.587.507,95	5.502.933,58
- Não Circulante	454.606,46	-
	<u>7.042.114,41</u>	<u>5.502.933,58</u>

9. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos Judiciais - Fiscais	5.286.978,05	5.225.311,56
Depósitos Judiciais - Cíveis	86.021,72	263.908,91
Depósitos Judiciais - Trabalhista	949.483,52	742.104,23
	<u>6.322.483,29</u>	<u>6.231.324,70</u>

Os depósitos judiciais foram atualizados com base nos relatórios da assessoria jurídica.

10. OUTROS INVESTIMENTOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Propriedades para Investimentos - Terrenos (a)	1.947.000,00	1.947.000,00
Propriedades para Investimentos - Edificações (b)	326.000,00	326.000,00
Bens em Cessão de Direitos (Jazigos) (c)	<u>394.718,39</u>	<u>88.016,36</u>
	<u>2.667.718,39</u>	<u>2.361.016,36</u>

- a) Referente ao imóvel do Lote 4-H da Gleba Lindóia, com área total de 61.822,54m², localizado na Avenida dos Pioneiros, também de frente para a Avenida das Laranjeiras, em Londrina – PR, sem construção ou benfeitorias, conforme parecer a valor de mercado, elaborado pelo Corretor de Imóveis, Gestor de Negócios Imobiliários e perito Avaliador de Imóveis Sr. José Olympio Eger Monteiro CRECI 1267 6ª Região e CNAI 0816, conforme requisitos da Lei 6530/78 art. 3º, das resoluções 957/2006 e 1044/2007 do COFECI, NBR 14.6531 E NBR 14.6532 da ABNT.
- b) Referente a sala e garagem Centro Médico sito à Avenida Bandeirantes nº 500
- c) Referente a jazigos construídos e cedidos (disponíveis para cessão) no Cemitério Parque das Oliveiras, avaliados ao custo de fabricação.

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado encontra-se reconhecido pelo custo histórico nos termos da RN 435/18. As taxas de depreciação estão adequadas conforme as melhores estimativas de vida útil e valor residual recuperável, em conformidade com o previsto na NBC TG 27, aprovada pela Resolução 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, calculadas pelo método linear.

a. Movimentações ocorridas no período

	Movimentação em 2019					
	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Depreciação / Amortização</u>	<u>2019</u>
Terrenos	10.252.855,71	-	-	-	-	10.252.855,71
Edificações	16.297.422,50	-	0,15	1.507.900,21	- 1.096.094,81	16.709.228,05
Instalações	36.730,52	122.146,77	0,02	-	- 13.658,99	145.218,32
Máquinas e Equipamentos	5.812.512,49	1.453.946,25	- 4.304,88	-	- 1.199.153,37	6.063.000,49
Instrumentos Cirúrgicos	57.966,27	11.823,98	- 3.451,74	-	- 26.019,64	40.318,87
Equipamentos de Informática	1.667.914,34	54.298,21	0,02	-	- 418.893,66	1.303.318,91
Móveis e Utensílios	1.709.592,42	412.983,07	- 1.471,45	-	- 384.691,64	1.736.412,40
Veículos	38.138,62	-	0,02	-	- 14.792,58	23.346,06
Construções em Andamento	639.092,57	1.997.567,80	-	- 1.507.900,21	-	1.128.760,16
Total Imobilizado	36.512.225,44	4.052.766,08	- 9.227,86	-	- 3.153.304,69	37.402.458,97
Softwares	971.437,33	11.410,20	0,02	-	- 226.680,29	756.167,26
Total Intangível	971.437,33	11.410,20	0,02	-	- 226.680,29	756.167,26
Imobilizado e Intangível	37.483.662,77	4.064.176,28	- 9.227,84	-	- 3.379.984,98	38.158.626,23
Hospitais	31.876.721,09	1.682.304,59	- 9.200,62	1.847.985,88	- 3.035.554,52	32.362.256,42
Não Hospitalares	3.996.411,78	32.808,02	- 27,24	-	- 117.750,18	3.911.442,38
Imobilizações em Curso	639.092,57	2.337.653,47	-	- 1.847.985,88	-	1.128.760,16
Intangível	971.437,33	11.410,20	0,02	-	- 226.680,29	756.167,26
	37.483.662,77	4.064.176,28	- 9.227,84	-	- 3.379.984,99	38.158.626,22

b. Quadro resumo

	Custo Original	Depre. Acumul.	Líquido 2019	Líquido 2018
Terrenos	10.252.855,71	-	10.252.855,71	10.252.855,71
Edificações	28.250.689,43	- 11.541.461,39	16.709.228,04	16.297.422,50
Instalações	364.900,49	- 219.682,17	145.218,32	36.730,52
Máquinas e Equipamentos	17.868.925,83	- 11.805.925,34	6.063.000,49	5.812.512,49
Instrumentos Cirurgicos	781.436,08	- 741.117,21	40.318,87	57.966,27
Equipamentos de Informática	3.766.806,25	- 2.463.487,34	1.303.318,91	1.667.914,34
Móveis e Utensílios	4.976.610,84	- 3.240.198,44	1.736.412,40	1.709.592,42
Veículos	285.703,02	- 262.356,96	23.346,06	38.138,62
Construções em Andamento	1.128.760,16	-	1.128.760,16	639.092,57
Total Imobilizado	67.676.687,81	- 30.274.228,85	37.402.458,96	36.512.225,44
Softwares	2.323.715,16	- 1.567.547,90	756.167,26	971.437,33
Total Intangível	2.323.715,16	- 1.567.547,90	756.167,26	971.437,33
Imobilizado e Intangível	70.000.402,97	- 31.841.776,75	38.158.626,22	37.483.662,77
Hospitalares	61.369.938,67	- 29.007.682,25	32.362.256,42	31.876.721,09
Não Hospitalares	5.177.988,98	- 1.266.546,60	3.911.442,38	3.996.411,78
Imobilizações em Curso	1.128.760,16	-	1.128.760,16	639.092,57
Intangível	2.323.715,16	- 1.567.547,90	756.167,26	971.437,33
	70.000.402,97	- 31.841.776,75	38.158.626,22	37.483.662,77

12. PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG (e)	5.090.431,42	4.702.744,08
Provisão para Remissão (d)	1.187.976,44	1.395.304,75
PESL - Ressarcimento ao SUS (a)	3.203.665,15	3.347.656,73
PESL - Honorários Médicos (a)	113.440,49	141.155,27
PESL - Hospitais, Laboratórios e Clínicas (a)	1.986.711,20	1.899.797,63
PESL - Rede Credenciada (a)	11.316,82	12.787,88
Reembolsos (b)	1.885,66	6.571,46
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (c)	4.359.753,75	4.329.354,14
	15.955.180,93	15.835.371,94
- Circulante	14.817.491,80	14.480.036,44
- Não Circulante	1.137.689,13	1.355.335,50
	15.955.180,93	15.835.371,94

- a) Corresponde aos eventos conhecidos a liquidar de assistência á saúde, ou seja, são todas as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médico-hospitalar – produção médica, hospitais, laboratórios, clínicas, materiais e medicamentos, intercâmbios, ressarcimento ao SUS e outros custos relacionados exclusivamente com a saúde de usuários próprios da Operadora;
- b) Corresponde ao reembolso aos usuários dos planos de assistência à saúde, de despesas assistenciais pagas por eles;
- c) É uma provisão estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela operadora, ou seja, a operadora não tenha o conhecimento de tais atendimentos;

- d) Esta provisão somente deverá ser constituída pelas operadoras que concedem a remissão aos seus beneficiários. Entende-se por remissão o fato de os beneficiários ficarem isentos do pagamento das contraprestações, por um prazo pré-determinado, em função da ocorrência de um evento gerador, em geral morte, desemprego ou invalidez, conforme definido em contrato;
- e) A PPCNG é constituída a partir do início da vigência da cobertura, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

13. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM O PLANO DA OPERADORA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Honorários Médicos - PJ (a)	3.569.286,57	3.078.762,59
Honorários Médicos - PF (a)	601.612,65	789.948,82
Convênio SESA / FUNSAÚDE (b)	611.584,01	1.407.873,33
	<u>4.782.483,23</u>	<u>5.276.584,74</u>

- a) Corresponde aos valores de transações de operações de assistência médico-hospitalares não relacionados com o plano de saúde da Operadora;
- b) Valores referentes à emendas parlamentares, ainda não reconhecidas como receitas por não satisfazerem todos os critérios de reconhecimento preconizados pelas regras contábeis emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

14. TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

São registrados nesse grupo todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
INSS Retido a Recolher	361.205,35	307.779,50
FGTS a Recolher	497.990,51	576.063,69
Outros Tributos Retidos	1.033.402,24	935.884,47
Parcelamento - FGTS (a)	9.297.388,76	16.166.589,56
	<u>11.189.986,86</u>	<u>17.986.317,22</u>
- Circulante	2.824.926,33	3.509.943,73
- Não Circulante	8.365.060,53	14.476.373,49
	<u>11.189.986,86</u>	<u>17.986.317,22</u>

- a) A dívida tributária foi atualizada conforme telas de cobranças retiradas diretamente na Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional da Seguridade Social e do F.G.T.S. As cobranças registradas representam a totalidade do passivo devido, já atualizadas pelos órgãos competentes. O valor relativo ao FGTS é apresentado mensalmente pela Caixa Econômica Federal, por funcionário regular, responsável pela apresentação do montante da dívida.

No decorrer de 2019 a Receita Federal do Brasil procedeu ao recálculo dos valores devidos, indicando (via extratos emitidos pela Caixa Econômica Federal) sucessivas reduções no valor global da dívida, cujos efeitos podem ser observados na tabela acima.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Tais montantes referem-se a financiamentos obtido junto a instituições financeiras e outras para manutenção da atividade.

	<u>Tx % (mês)</u>	<u>Garantias</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos UNIPRIME	0,95%	Créditos Recebíveis	973.647,49	3.084.859,52
Empréstimos CEF	1,60% à 1,80%	Créditos Recebíveis		14.709.169,84
Empréstimos BNDES	1,12%	Aval	80.395,89	137.145,81
Outros Empréstimos			26.578,25	132.975,81
Empréstimos SICCOB	0,90%	Créditos Recebíveis	4.759.750,74	
Empréstimos BRADESCO	0,78%	Créditos Recebíveis	7.236.131,04	
(-) Encargos a Transcorrer			<u>(2.088.958,33)</u>	<u>(4.348.952,34)</u>
			<u>10.987.545,08</u>	<u>13.715.198,64</u>
		Circulante	1.926.235,61	5.556.419,26
		Não Circulante	<u>9.061.309,47</u>	<u>8.158.779,38</u>
			<u>10.987.545,08</u>	<u>13.715.198,64</u>

16. DÉBITOS DIVERSOS

Este grupo de contas representa as dívidas da entidade com terceiros, não relacionados ao plano de saúde, referente a aquisições de materiais e de serviços e despesas com pessoal.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores	7.052.930,80	6.658.474,30
Salários a Pagar	3.218.790,00	2.703.246,00
Férias a Pagar	5.060.194,39	4.242.495,94
Outras Obrigações com Pessoal	114.624,70	64.242,22
Adiantamentos de Pacientes - Particular	19.308,00	72.187,05
Adiantamentos de Terceiros	250.000,00	
Receitas a Apropriar (Prêmio de Preferência)	883.333,33	
Acordos Judiciais Cíveis	11.757,45	197.749,98
Honorários Médicos - Confissão de Dívida	336.163,21	752.025,37
Outros Valores a Pagar	<u>617.180,72</u>	<u>318.317,64</u>
	<u>17.564.282,60</u>	<u>15.008.738,50</u>
- Circulante	16.569.325,31	14.250.028,13
- Não Circulante	<u>994.957,29</u>	<u>758.710,37</u>
	<u>17.564.282,60</u>	<u>15.008.738,50</u>

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.

	2019	Constituições (Reversões)	2018
Provisões Cíveis	961.064,97	(1.711.599,15)	2.672.664,12
Provisões Trabalhistas	4.889.280,15	1.224.953,37	3.664.326,78
	5.850.345,12	(486.645,78)	6.336.990,90

- a) A reversão evidenciada no período, na ordem de R\$ 486.645,78, deve-se substancialmente às movimentações finais de processos (trânsito em julgado), bem como revisões nas probabilidades de perdas e estimativas de valores em risco.

Contingências cíveis e trabalhistas são caracterizadas em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode ocorrer saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade.

A Entidade também possui processos cujas expectativas de perdas são classificadas como possíveis, na opinião dos assessores jurídicos externos. A Entidade não provisiona os valores envolvidos nestes processos, porém os divulga, conforme segue:

Estimativa: Perda Possível		
	2019	2018
Provisões Cíveis	15.721.591,11	16.019.982,87
Provisões Trabalhistas	8.445.128,12	9.834.809,08
	24.166.719,23	25.854.791,95

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social está dividido em 31 (trinta e uma) “cotas de contribuição social”.

18.2 RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei estão assim compostas na data do balanço:

	2019	2018
Reservas Patrimonial – Hospital	16.296.023,61	16.296.023,61
Reservas Patrimonial – Hospitalar	200.000,00	200.000,00
Reserva de Reavaliação (a)	8.526.946,18	9.361.481,48
	25.022.969,79	25.857.505,09

- a) Se destinar a escriturar, exclusivamente, os valores decorrentes das contrapartidas de valores atribuídos a quaisquer elementos do ativo imobilizado em virtude de reavaliações, com base em laudos, realizados em 2007. A realização de tal conta se dá contra “Superávit/Déficit Acumulados”, na medida em que o bem imobilizado é realizado em função de depreciação, baixa ou venda. Tal realização é tratada como ‘Outros Resultados Abrangentes’ na DRA.

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	98.148.477,43	77.383.970,45
Convênios Diversos	57.840.644,25	46.659.836,87
(-) Deduções Receita Prestação de Serviços	(781.426,42)	(2.070.257,49)
Receitas Operacionais - Sistema SUS	20.279.857,64	18.062.949,71
Atendimentos ABRAMGE	146.721,59	244.288,48
Faturamento Parque das Oliveiras	4.181.480,55	3.164.273,00
Faturamento Alto da Colina	2.431.312,16	1.186.891,00
Contratos Diversos - Prestação Serviços	1.016.348,05	1.477.471,75
Receitas Internas de Estrutura	12.190.970,69	7.927.125,24
Repasso Verbas Públicas	641.975,30	520.094,43
Outras Receitas	200.593,62	211.297,46
Outras Despesas Oper. Assist. Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora	(98.916.473,15)	(82.824.651,20)
Custo Ociosidade	(3.244.907,04)	(3.149.328,64)
Honorários Médicos	-	(1.578.562,20)
Absorção Custo (Rateio)	(93.299.190,36)	(73.704.241,97)
Obrigações Judiciais - (Bloqueios)	(20.856,29)	(2.925.354,33)
Outras Despesas Diversas	(2.351.519,46)	(1.467.164,06)

20. PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Associação é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza de benefícios fiscais, cujas isenções obtidas estão contabilizadas, consoantes disposições emanadas do Conselho Nacional de Assistência Social, conjugadas com Ordens de Serviço do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Normas Brasileiras de Contabilidade, como seguem:

	2019	2018
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.458.963,47	2.561.494,01

21. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS FINANCEIRAS – RESOLUÇÃO ANS 393/15, 392/15 E 227/10

Em 22 de dezembro de 2009, foi publicada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar a Resolução RN nº 209, em 23 de novembro de 2012, alterada parcialmente pela RN 313. Manutenção de

Recursos Próprios Mínimos a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

Em 09 de dezembro de 2015, foi publicada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar a Resolução RN nº 392/15 e 393/15. Dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde – OPS, revoga dispositivos da Resolução Normativa nº 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas pelas OPS e revoga a Resolução Normativa nº 75, de 10 de maio de 2004, que dispõe sobre a provisão técnica para garantia de remissão a que estão sujeitas as Operadoras de Planos.

a) Patrimônio Mínimo Ajustado:

O Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da OPS ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto do inciso I no artigo 22, calculado a partir da multiplicação do capital base pelo fator 'K', obtido na Tabela do Anexo I, pelo capital base de R\$ 8.789.791,63 em Dezembro de 2019.

O Patrimônio Líquido da Associação apresenta suficiência em relação ao valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

b) Margem de Solvência

Margem de Solvência é regulamentada pelo artigo 6 da RN 209/09 e RN 313/12, da ANS, e corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no inciso I do artigo 22, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

I - 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pré-estabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido; ou

II – 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pré-estabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme a RN 313 de 22 de novembro de 2012, o prazo máximo permitido para adequação da Margem de Solvência é dezembro de 2022, sendo que em 31/12/2019 é obrigatório, no mínimo, 77,90%. A Margem de Solvência calculada em 31/12/2019 é de R\$ 27.973.665,68, enquanto a Margem de Solvência Exigida na mesma data é de R\$ 21.791.485,57.

A Operadora em 31 de dezembro de 2019 possui um Patrimônio Líquido ajustado pelos efeitos da IN 038/09 e alterações da IN 050/12 no valo positivo de R\$ 16.398.474,11 estando insuficiente em relação a margem de solvência exigida em 31/12/2019 no valor de R\$ 5.393.011,46.

c) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentada pela RN nº 393/15 da ANS, representa os eventos ocorridos e não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior.

Em 31 de dezembro de 2019 a Associação Evangélica Beneficente, constituiu esta provisão técnica com base em nota técnica atuarial, na forma definida na RN nº 393/15 da ANS, cujo saldo é de R\$ 4.359.753,75, que representa a totalidade calculada em 31/12/2019.

d) Provisão de Eventos a Liquidar

Conforme RN 435/18, esta provisão deverá ser constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida, observados os seguintes critérios:

I - o registro contábil deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão ou da análise preliminar das despesas médicas; e

II - a identificação da ocorrência da despesa médica será entendida como qualquer tipo de comunicação estabelecida entre o prestador ou beneficiário e a própria operadora, ou terceiro que preste serviço de intermediação de recebimento de contas médicas à operadora.

e) Provisão de Remissão

A provisão de Remissão prevê a manutenção da cobertura de assistência à saúde, com isenção de pagamento das contraprestações, durante um período de no máximo cinco anos, para os dependentes de um contrato de saúde, no caso de ocorrência de morte do beneficiário titular. Estes dependentes continuam no plano, entretanto estão remidos da mensalidade pelo prazo estipulado em contrato.

Com base em nota técnica atuarial foi constituída provisão de remissão, cujo saldo em 31/12/2019 é de R\$ 1.187.976,44. Sendo o valor no passivo circulante de R\$ 53.375,48 e passivo não circulante de R\$ 1.134.600,96.

f) Ativos Garantidores das Provisões Técnicas

Ativos Garantidores são títulos, valores mobiliários e/ou imóveis registrados no ativo (balanço patrimonial) da Operadora, com o objetivo de garantir o total das provisões técnicas, ou seja, todas as operadoras deverão ter ativos garantidores para lastrear as provisões técnicas exigidas, sendo que é facultativa a vinculação da parcela da Provisão de Sinistros/Eventos a Liquidar com avisados nos últimos 30/60 (trinta/sessenta) dias, a depender do porte da Operadora.

Os ativos vinculados da Operadora para garantia das provisões técnicas na proporção mínima exigida pela ANS e eventos conhecidos a mais de 60 dias.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência a Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2019, a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Operadora não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Operadora adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Operadora dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de a Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Operadora adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora e de fatores externos, exceto riscos de

crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Operadora. O objetivo da Operadora é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Operadora para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos

A Operadora limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A

Administração contratou seguros, em vigência em 31/12/2019, com cobertura para Edificações e Veículos, em montante que julga suficiente para cobertura dos riscos avaliados.

24. PARTES RELACIONADAS

Na data base dessas demonstrações contábeis a Administração da Entidade, em conjunto com opinião emitida por seus assessores jurídicos externos, entende que inexistem partes relacionadas, nos termos da RN 435/18. Não existem Entidades associadas com direitos ou influência significativa para contratar com a instituição em condições que não sejam igualitárias às condições contratadas com terceiros ou alheios.

25. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PELO MÉTODO INDIRETO

A seguir demonstramos em quadro abaixo a reconciliação do resultado líquido da DFC nos termos da NBC TG 03 aprovada pela resolução 1.296/10 do Conselho Federal de Contabilidade, e RN 345/18 da ANS.

<u>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</u>	<u>2019</u>	<u>(Reclassificado) 2018</u>
Superávit do Exercício	10.243.932,61	7.604.394,14
Ajustes para reconciliação do Superávit do Exercício com a geração de caixa das Atividades Operacionais:	4.251.085,19	3.646.707,46
Depreciações	3.153.304,69	2.856.341,39
Amortizações	226.680,29	225.284,42
Baixas Líquidas - Imobilizado	9.227,84	(1.921.355,71)
Juros e Encargos Incorridos sobre Empréstimos	1.834.893,15	2.983.386,35
Provisões Técnicas - PEONA	30.399,61	(88.643,84)
Provisões Técnicas - REMISSÃO	(207.328,31)	1.003.872,96
Constituição Provisão de Perdas Sobre Créditos (PPSC)	2.365.156,47	4.067.738,59
Reversão de Provisão para Contingências	(486.645,78)	(1.942.076,73)
Receitas Patrimoniais	(2.194.091,72)	(2.610.178,51)
Distribuição de Sobras - Investimentos Método de Custo	(480.511,05)	(927.661,46)
Resultado Líquido Ajustado	14.495.017,80	11.251.101,60
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(10.042.413,30)	7.359.011,05
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(3.658.058,95)	(4.537.015,91)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	794.545,55	14.073.096,74

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

- **Decisão judicial – Pagamento de Extra-Teto FNS**

Em 04/02/2020, mediante despacho/decisão emanada da 3ª Vara Federal de Londrina (procedimento comum 5026642-55.2019.4.04.7001/PR), foi determinado que, entre outros, a União proceda ao repasse ao Fundo Municipal de Saúde de Londrina/PR de verbas do Fundo Nacional de Saúde suficientes para o pagamento de tantos quantos forem os procedimentos médicos que a parte autora (AEBEL), doravante, venha a realizar, contratualizados ou não (extra-teto), vedando-se a imposição de qualquer limite ou teto físico orçamentário. Também, determina ao Município de Londrina que proceda o repasse, nas mesmas datas e formas dos pagamentos contratualizados, dos valores referentes a atendimentos não contratualizados (extra-teto), após a transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde.

27. REGIME ESPECIAL DE DIREÇÃO FISCAL

Em 09/Dez/2008, por meio da Resolução Operacional ANS nº 569, e de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.240583/2002-75, foi instaurado o regime de Direção Fiscal na AEBEL.

Tal regime vem sendo sucessivamente renovado pela agência reguladora, sendo o último (em vigor) aprovado pela Resolução Operacional nº 2.432 de 28/06/2019.

Ademais, em Ago/2018 (com data-base Mai/2018) fora apresentado perante a direção fiscal o Plano de Saneamento, cujo objetivo é demonstrar ao diretor fiscal e órgão regulador as estratégias operacionais para resolução das anormalidades econômico-financeiras então identificadas, bem como traçar metas para melhoria contínua dos processos e controles internos. Tal Plano vigorará até Abr/2020.

Fernando Anciotto

Contador

CRC PR 044754/O-8

CPF 020.282.839-55

Dra. Lourdes A. Marques

Superintendente Geral (CEO)

CPF 785.738.908-00

Prospera Consultoria Atuarial Ltda.

CIBA 135

CNPJ 05.475.051/0001-93

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Administradores e Diretores da

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA

Londrina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

9

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 24 de janeiro de 2020.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR N° 4552/O-5


RICARDO LUIZ MARTINS
CRC-RS N° 036.460/O-8 T/PR